TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA GERAL – SEG

Processo n.: @APE 16/00548340

Assunto: Ato de Aposentadoria de Ana Cristina de Paula

Interessado: Prefeitura Municipal de Curitibanos

Responsável: Aldo Dolberth

Unidade Gestora: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Curitibanos -

IPESMUC

Unidade Técnica: DAP Decisão n.: 825/2018

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

- 1. Fixar *prazo de 30 (trinta) dias* a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial Eletrônico do TCE DOTC-e, nos termos do art. 36, § 1°, "b", da Lei Complementar n° 202, de 15 de dezembro de 2000, para que o gestor do *Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Curitibanos IPESMUC* adote as providências cabíveis com vistas ao exato cumprimento da lei e comprove-as a este Tribunal, a fim de sanar as seguintes restrições:
- **1.1.** Ausência de remessa da declaração de não acumulação de cargo ou provento do servidor da época da aposentadoria, em contrariedade ao Anexo I, item II 7, da Instrução Normativa nº 11/2011;
- **1.2.** Ausência de remessa de documentos pessoais de Identidade e CPF por meio eletrônico, em contrariedade ao Anexo I, item II 6, da Instrução Normativa nº 11/2011.
- **2.** Dar ciência desta Decisão ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Curitibanos IPESMUC.

Ata n.: 74/2018

Data da sessão n.: 29/10/2018 - Ordinária

Especificação do quórum: Luiz Eduardo Cherem, Herneus De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Gerson dos Santos Sicca (art. 86, § 2°, da LC n. 202/2000) e Cleber Muniz Gavi (art. 86, § 2°, da LC n. 202/2000)

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Aderson Flores

Auditor(es) presente(s): Sabrina Nunes Iocken

LUIZ EDUARDO CHEREM
Presidente

HERNEUS DE NADAL Relator

Fui presente: ADERSON FLORES Procurador-Geral Adjunto do Ministério Público junto ao TCE/SC

Processo n.: @APE 16/00548340 Decisão n.: 825/2018 1